

Emprego e Renda no Brasil 2009-2010¹

José Pastore²
Universidade de São Paulo

A Virada do Quadro do Emprego

O quadro do emprego no Brasil virou completamente a partir de novembro de 2008. Até então o país vinha batendo recordes de geração de emprego formal. Em 2007 já havia sinais de falta de mão-de-obra. Em 2008, a escassez se acentuou.

Dezembro foi um desastre. Foram destruídos 655 mil empregos formais. Nesse mês, é comum haver certa redução devido à descontração do comércio logo após o Natal. Mas nada perto de 655 mil postos de trabalho formais.

Em janeiro foram mais de 100 mil empregos destruídos. Em fevereiro, o quadro ficou praticamente estável, com a criação de cerca de 9 mil postos de trabalho formais, especialmente nos setores de educação (começo do ano letivo) e do setor público.

Os setores mais atingidos pela destruição de empregos foram a indústria de transformação e a agropecuária. Em seguida vem o setor de mineração.

O Estado do Espírito Santo não foi exceção. Os empregos na indústria de transformação, agropecuária, construção civil e no comércio tiveram saldo negativo em fevereiro de 2009. As

atividades extrativa e de siderurgia ressentiram-se fortemente, compensadas, em parte, pelo segmento do coque e petróleo.

Pelo que entendo a economia do Estado está amplamente ancorada no comércio internacional. Mineração, siderurgia, celulose, rocha e café têm um peso importante para o emprego direto e indireto. Com a forte redução das exportações e importações muitas pequenas e médias empresas que giram em torno das grandes empresas exportadoras e importadoras acabaram sofrendo bastante.

O Aumento do Desemprego

Com a redução da oferta de empregos formais no Brasil, a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas medida pelo IBGE subiu de 6,2% em dezembro de 2008 para 8,2% em janeiro e 8,5% em fevereiro. Neste último mês, só não foi maior porque cerca de 160 mil pessoas deixaram de procurar emprego.

O quadro é preocupante. Nos três últimos meses, o Brasil perdeu cerca de 840 empregos formais.

O problema é mundial. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem revendo suas previsões a cada mês. Em outubro de 2008, a OIT previu que 20 milhões de pessoas seriam desempregadas em 2009, como resultado da crise global. Em dezembro de 2008, elevou para 32 milhões. Em janeiro de 2009, a previsão passou para a marca de 50 milhões. Nesta segunda-feira (29 de março de 2009), a OIT confirmou essa cifra, aduzindo que

existe um risco de recessão prolongada no mercado de trabalho por quatro ou cinco anos!

O diagnóstico está claro. O corte de empregos está ligado à grave crise de confiança que se abateu na economia mundial, inclusive no Brasil. Os consumidores estão com medo de perderem sua principal fonte de renda – o emprego e, por isso, adiam as compras de maior valor. Os produtores temem investir na ausência de demanda, postergando os novos projetos. Os bancos preocupam-se em emprestar sem poder receber de volta, em vista de pretendentes que não satisfazem as exigências convencionais do crédito. Nos últimos meses, a inadimplência cresceu. A falta de crédito se soma a tudo isso.

Os Problemas das Empresas

Em muitos setores, as empresas não apenas enfrentam severas restrições de caixa como não têm projetos novos contratados para os próximos meses ou anos. Na infra-estrutura, a indústria de bens sob encomenda para os setores de siderurgia, mineração, papel e celulose encontra-se nesse caso. O que está salvando são os contratos em andamento, em especial, nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás. O setor da construção pesada vive a mesma falta de contratos futuros. Na construção civil, muitos lançamentos foram adiados. Oxalá o plano para se construir um milhão de moradias se materialize a tempo.

No setor automobilístico, a retomada das vendas domésticas no

primeiro trimestre foi animadora. Mas, as exportações continuam fracas. A Ford acaba de anunciar a necessidade de um Plano de Demissão Voluntária em três fábricas. O setor de auto-peças vem despedindo aos poucos para se ajustar a uma produção que se restringe ao mercado doméstico.

O Comércio Internacional

As previsões para as vendas no mercado internacional não são boas. A Organização Mundial do Comércio acaba de publicar um estudo segundo o qual o volume de bens mundialmente negociados em 2009 deverá encolher 9%.

Essa é uma reversão dramática quando se considera que entre 1990 e 2006, o volume negociado no comércio internacional cresceu de forma constante na base de 6% ao ano. Isso afeta em particular os países e os estados que têm grande participação no comércio internacional como é o caso do Espírito Santo.

A demanda e os preços do mercado internacional, para a maioria dos produtos, ainda não reagiram. O Banco Mundial verificou que para 45 países estudados no mês de janeiro de 2009, a grande maioria teve uma redução de 25% em suas receitas de exportação! Segundo os dados da Revista Economist de 28 de março de 2009, o Brasil está nesse meio.

Tenho acompanhado as notícias sobre a economia do Estado do Espírito Santo. Por ser ela muito dependente de exportações (minério, celulose, papel, rochas, etc.), há empresas com fortes

quedas de vendas o que, mais cedo ou mais tarde vai bater no mercado de trabalho. Segundo os dados do IEL, tomei conhecimento de que, em janeiro de 2009, as vendas reais da indústria caíram cerca de 40% quando comparadas com janeiro de 2008. Nas atividades extrativas, a queda passou de 70%.

Entendo que, de mais de US\$ 1,5 bilhão de superávit na balança comercial em 2008, o Estado terá mais de US\$ 1,5 bilhão de déficit em 2009.

É das mais graves situações que conheço. Em boa hora o governo organizou esta atividade para buscar soluções que, no meu entender, não serão fáceis. O que ocorre neste Estado é reflexo de inúmeras forças externas.

PIB e Emprego

Problemas como esse vêm se repetindo em vários estados e, evidentemente, trarão sérios reflexos para o PIB e para o emprego em todo o país.

A relação entre ambos é muito estreita. É verdade que emprego depende também de educação de boa qualidade e legislação trabalhista amigável. Mas o comportamento do PIB pesa muito. Vejam os dados recentes do Brasil.

Com uma taxa de crescimento do PIB em torno de 5% em 2008, o Brasil criou quase 2 milhões de postos de trabalho no mercado formal – cerca de 400 mil por cada 1 ponto percentual do PIB. Se o Brasil crescer 2,5%, serão geradas cerca de um milhão de vagas.

É muito pouco. Como a população economicamente ativa crescerá em cerca de dois milhões de pessoas, se todas procurarem emprego, um milhão ficarão desatendidas – sem contar as necessidades para reduzir o estoque dos desempregados.

Esse é o melhor cenário. Se o PIB crescer apenas 1%, a geração de postos de trabalho será mínima – 400 mil ou 500 mil postos. Nesse caso, o desemprego será dramático, podendo ultrapassar a casa dos 9% no final de 2009 e atingir quase 10 milhões de brasileiros e suas famílias.

Esse parece ser o quadro mais provável em vista da baixa atividade de boa parte das empresas do setor privado e da anêmica capacidade de investimento do governo.

Impacto nas Finanças Públicas

Até o momento, os estímulos para a geração de emprego foram na direção certa, mas ainda são insuficientes. O Brasil não é a Islândia que tem 300 mil habitantes. Estamos perto dos 200 milhões e os que precisam de emprego chegam a 100 milhões de pessoas.

Por sua vez, o desemprego agrava as finanças públicas e isso fecha um círculo vicioso. Além de reduzir a receita da Previdência Social e de outros órgãos do governo, a desocupação aumenta os gastos públicos com seguro desemprego que, em 2009, podem explodir – chegando, provavelmente, a R\$ 19 bilhões (foi de R\$ 16 bilhões em 2008).

Além disso, o desemprego faz aumentar as despesas decorrentes dos saques dos trabalhadores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) o que, por sua vez, reduz ainda mais a capacidade de investimento do governo.

Os danos do desemprego vão além dos estragos nas finanças públicas. O lado humano é o mais importante. Quando grandes massas são expulsas do mercado de trabalho, há um grave sofrimento individual. Isso atinge toda a família. Afeta o sentimento de dignidade do desempregado. Gera o inconformismo. E provoca um desperdício de talentos, competências e habilidades.

Perspectivas do Mercado Interno

Entre nós, continuamos acreditando que o Brasil está em melhores condições porque tem um grande mercado interno. Alguns chegaram a falar em descolamento em relação à crise mundial.

De fato, somos grandes em muitas coisas. Mas, o que interessa é ser forte no poder de compra. Este que vinha crescendo a passos largos até meados de 2008 entra agora em sério revés.

Os dados de renda para as regiões metropolitanas continuam bons. De fevereiro de 2008 a fevereiro de 2009, o rendimento médio dos empregados do mercado formal cresceu quase 6%. Para os que trabalham por conta própria, o aumento foi de 6,7%. Caiu apenas para os empregados do mercado informal que perderam 0,5% de seus rendimentos.

Esses dados, porém, estão muito influenciados pelo bom

desempenho do mercado de trabalho durante os dez primeiros meses de 2008.

Impacto nos Rendimentos

Com a diminuição do emprego formal e o aumento do desemprego, a massa salarial já exhibe sinais de queda e deve se agravar.

Com poucas exceções, os salários em 2009, estão sendo reajustados pela inflação ou abaixo dela – o inverso do que ocorreu em 2008. Além disso, muitos trabalhadores foram atingidos por acordos coletivos que cortaram a jornada e o salário.

A situação da maioria das empresas é difícil. Muitas delas sofrem com a queda de demanda e de preço, além da escassez de crédito. O próprio Presidente Lula, ex-dirigente sindical, apelou para os trabalhadores não pedirem aumentos salariais neste ano de 2009.

Estão melhores as empresas que produzem bens de valor mais baixo destinados ao consumo das classes D e E que se beneficiaram nos últimos anos com aumentos acentuados do salário mínimo, das aposentadorias e pensões e dos programas sociais, em especial, a Bolsa Família.

Desconfiança Empresarial

Mas, do lado empresarial, a baixa confiança continua. Uma pesquisa realizada pela CNI em meados de março de 2009 indicou que mais da metade dos empresários acredita que a crise se agravou no primeiro trimestre do ano. Cerca de 54% indicaram ter

realizado dispensas de empregados do quadro e, principalmente, terceirizados. Cinquenta e três por cento suspenderam as contratações que estavam planejadas.

Qual é o impacto de tudo isso sobre a empregabilidade? Nos dias de hoje, cresceu muito o número de pessoas que estão com dificuldade de se segurarem no emprego atual e também para encontrar outro. Para quem perde o emprego, achar outro de igual salário é quase impossível.

Outra pesquisa, realizada no mesmo período pelo IBOPE (contratada pela CNI) indicou que 68% dos brasileiros acham que o desemprego vai aumentar ao longo de 2009. Em dezembro de 2008, o medo atingia 63% das pessoas; em setembro, 52%; e em junho eram apenas 40%.

O emprego de amanhã depende do investimento de hoje. Um estudo da FIESP, terminado em meados de março de 2009, indicou que 25% das indústrias brasileiras suspenderam projetos de ampliação. Para o setor da indústria de base, os pedidos de máquinas e equipamentos caíram 50% em relação ao mesmo período de 2008. Esse é um termômetro. Sem máquinas e equipamentos não teremos mais produção. Segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel, a demanda por papel cartão caiu 29% e para papelão para embalagem caiu 10%. São outros dois termômetros importantes.

Uma sondagem realizada pela SERASA no mesmo período

mostrou que 33% dos empresários vão reduzir os investimentos no segundo trimestre de 2009. Na indústria, são 36%.

Isso não significa que dois terços vão investir mais. Cerca de 46% dos empresários pesquisados ficarão como estão e apenas 21% mostraram intenções de investir em 2009. Setenta e seis por cento acreditam que o desemprego vai aumentar e 53% acham que haverá um recuo na renda média.

Com tudo isso, o nosso grande mercado interno ficará ameaçado. É grave. Hoje há dois tipos de consumidores: os que têm vontade de comprar, mas não têm dinheiro e os que têm dinheiro, mas não têm vontade de comprar. É a combinação do arrocho com a cautela. Isso porque a ameaça do desemprego assusta a todos.

Desdobramentos Sociais

Lula revelou a Obama a sua preocupação com os desdobramentos sociais e políticos dessa crise. Procede. A situação só não é pior devido à enorme quantidade de recursos dos programas sociais que é transferida às famílias – seguro desemprego, Bolsa Família, aposentadoria, pensões e outros. São verdadeiros amortecedores de uma eventual desorganização social.

Mas, isso tem limite. A queda de arrecadação é uma realidade. Ademais, surgiu recentemente uma nova fonte de desemprego: a grave redução da receita dos estados e municípios.

Desemprego nos Municípios

As prefeituras dos municípios com menos de 20 mil habitantes que

constituem a grande maioria no país, têm apenas 5% de receita própria. Noventa e cinco por cento vêm dos governos federal e estadual que reduziram as transferências devido à queda da sua própria arrecadação.

Isso é também grave. Afinal, os empregos existem no município. Prefeitura sem dinheiro tem de parar as obras, cortar os serviços contratados e suspender as compras. O mesmo ocorre com os Estados mais dependentes.

Tudo isso gera desemprego. A drástica redução das receitas estaduais e municipais que está ocorrendo nos dias de hoje é o prenúncio de desemprego nos dias de amanhã. Para os municípios, até o momento, a redução foi de 12,5% (em relação a igual período em 2008) mas tenderá a crescer na medida em que os cofres dos governos federal e estadual ficarem vazios.

Com menos recursos e mais pessoas precisando de amparo, como resolver a equação? A sugestão mais imediata é a de cortar os dispêndios do governo. Em certos casos, há espaço para isso. Em outros casos, não. A estrutura de gastos é muito rígida. Só com previdência, assistência social e funcionalismo o governo federal gasta mais de 70% dos recursos. Dinheiro livre para impulsionar os investimentos que geram empregos é irrisório.

Excesso de Despesas de Custeio

Para complicar a situação, o Governo Lula contratou enormes despesas para o futuro e que dificilmente serão eliminadas. Quem

vai cortar os R\$ 29 bilhões anuais para pagar o aumento do funcionalismo? Quem vai mexer no Bolsa Família nas vésperas de um ano eleitoral? Aliás, é bom que não se mexa mesmo porque, no momento atual, ela está ajudando a evitar a ruptura do tecido social.

É quase uma armadilha. Quando havia trabalho, muitos dos beneficiados do Bolsa Família rejeitavam os empregos por terem mais segurança com a ajuda que recebiam. Agora falta trabalho, temos de manter os benefícios porque, sem eles, pode se romper o tecido social.

Estamos numa bicicleta, com pouco fôlego e precisando pedalar muito.

A Falta das Reformas

Durante seis anos, o Brasil cresceu na carona do mundo e não economizou o que podia. E nem fez as reformas das quais precisava – tributária, trabalhista e previdenciária. Chegou ao fim da festa com os cofres vazios. Já se fala em uma perda de arrecadação do governo federal de mais de R\$ 50 bilhões para 2009 – com muitos efeitos em cascata para os estados e para os municípios e para os empregos.

Ações Possíveis

O que se pode fazer para mitigar o problema? Deixo aqui modestas sugestões.

1. Investimentos – Não podemos ter ilusão. Desemprego só se

combate com emprego. Por isso, tudo o que puder ser feito para aumentar os investimentos, deve ser tentado.

Sei que para muitos governos, o espaço é estreito. Esta é a hora de apertar o cinto dos gastos e custeio para liberar recursos que podem gerar empregos.

Os setores que têm o maior multiplicador de empregos são conhecidos: infra-estrutura, construção civil, agropecuária, confecções e outros que são intensivos em mão-de-obra.

Em termos de empresas, as micro, pequenas e médias empresas costumam dar uma boa colaboração na geração de empregos. É claro que em termos de receita, as grandes são mais expressivas. Mas em termos de postos de trabalho convém não esquecer do quanto se pode fazer para estimular as micro, pequenas e médias empresas.

Não conheço em detalhe a economia deste Estado e nem mesmo a saúde financeira do governo estadual. Mas conheço o espírito público e a competência profissional do economista Paulo Artung e de seus auxiliares. Tenho certeza que farão de tudo para investir o que for possível.

2. Eficiência – A melhoria da eficiência da máquina pública – que sempre pode ser avançada – é estratégica para liberar recursos para investir.

Os economistas têm um longo receituário para fazer aumentar a capacidade de investimento das sociedades, passando pela

austeridade na gestão das contas públicas e, sobretudo, melhoria da eficiência das máquinas governamentais. Ultimamente, a lentidão das decisões sobre meio ambiente tem conspirado contra a geração de empregos. Além do excesso de burocracia essa área vem sendo afetada pela cultura do medo, o que leva muitos funcionários a decidir com rapidez. O Brasil precisa da cultura da cooperação entre os órgãos públicos para atender a principal necessidade da população que é a de emprego de boa qualidade. Muita criatividade precisa entrar nesse campo para superar os entraves burocráticos e ideológicos.

3. Modernização das Leis – As leis que regulam as relações do trabalho são de âmbito federal. Isso não significa que os governos e a sociedade civil dos estados não podem fazer nada. Afinal, os responsáveis pelas mudanças foram eleitos pelos Estados e Municípios. É preciso mobilizar forças para atuarem no campo da modernização das leis do trabalho. Os próprios cidadãos precisam ser preparados para isso.

É verdade que muitos têm medo de perder direitos nessas mudanças. Mas isso é falso. A boa mudança é aquela que preserva os direitos de quem tem e estende direitos parciais a quem nada tem. Para explicar bem ao povo, essa linha de ação necessita de liderança e boa pedagogia. Os governantes têm um papel crucial nessa empreitada.

Apresento, a seguir, algumas sugestões nesse campo. Todas elas ajudarão a criar mais empregos formais e reduzir os informais que,

com a crise, podem aumentar ainda mais, indo além dos 54% atuais.

3.1 – Simples Trabalhista – As micro e pequenas empresas que já foram objeto do Supersimples precisam agora de um simples na área do trabalho, ou seja, um Simples Trabalhista. Isso não depende de mudanças constitucionais e pode reduzir os custos da contratação e estimular o emprego formal.

3.2 – Terceirização – Na retomada dos negócios, as empresas vão querer contratar muitos serviços de terceiros, antes de contratar empregados próprios. A falta de uma lei nesse campo é um empecilho sério.

Aqui também as lideranças estaduais têm um amplo espaço de trabalho. O assunto está sendo considerado pelo Congresso Nacional e o importante é chegar a uma lei de boa qualidade. Com o vácuo atual, a insegurança jurídica do lado das empresas é enorme e a precarização do lado dos trabalhadores é selvagem.

3.3 – Educação e Treinamento – Passada a crise, os empregos voltarão para o nível em que estavam? Será que as empresas que estão implementando programas de contenção de despesas dos mais severos vão abandonar esses programas na hora da retomada?

Passo aos presentes uma observação corriqueira. Perguntei a um motorista de táxi se a crise estava afetando o seu negócio. Ele me disse: “Está, e muito. As empresas com as quais eu tenho contrato permanente para atender seus funcionários, agora, só permitem a

utilização do táxi mediante autorização do alto escalão. Poucos usam. Perdi 70% da minha receita”.

Passada a crise, será que essas empresas vão revogar essa nova regra? Elas vão continuar com a liberalidade que tinham para contratar taxistas, decoradores, eventos sociais, treinamentos, etc.? Elas manterão os mesmos quadros de pessoal que geram despesas de monta tanto para contratar como para despedir?

Suspeito que uma parte dos trabalhadores despedidos não será recontratada. Os altos custos de contratação (102% do salário) farão as empresas pensarem duas vezes antes de admitirem pessoal fixo.

3.4 – Novas Políticas de Emprego

Com uma crise tão profunda, muitas empresas serão tentadas a reformular a sua política de emprego. A retomada do crescimento será feita com menos empregos fixos (e internos) na empresa, mais trabalho eventual (externo) e muita automação.

As atividades estratégicas devem continuar entregues a um pessoal fixo, leal e competente – é claro. Outras atividades, porém, serão realizadas com base em contratos de empreita ou de prestação de serviços, que têm começo, meio e fim (regidos pelo Código Civil e não pela CLT) ou por meio de trabalho temporário (Lei 6.019), por prazo determinado (Lei 9.601), por cooperativas (Lei 5.764) ou ainda através de uma terceirização decente, se for regulamentada a tempo. Isso já vem acontecendo. A crise intensificará essa

tendência.

A empregabilidade será afetada. Para entrar no quadro fixo, a concorrência será brutal. O rigor no recrutamento aumentará ainda mais. Os candidatos precisarão estar muito bem preparados na sua profissão e nos conhecimentos gerais que hoje se exige das pessoas mais qualificadas.

Para ter chance nesse novo mundo, recomendo aos governos que invistam pesadamente na preparação dos jovens. Na Grande Depressão de 1930, depois de três anos de cortes orçamentários, os Estados Unidos voltaram a investir intensamente nas escolas e nas bibliotecas. O capital humano foi preservado. Foi o que permitiu o atendimento das novas demandas na retomada dos negócios.

3.5 – Amortecedores de Dispensas – Tais medidas [legais] visam atenuar os estragos do desemprego. Nesse campo, há muito o que melhorar. As medidas atuais não dão segurança jurídica às empresas o que as leva a concluir que a única maneira de evitar passivos trabalhistas futuros é despedindo os empregados. Um verdadeiro absurdo.

Há medidas que poderiam ser aprovadas rapidamente para atender a emergência atual e, com isso, segurar o trabalhador empregado por mais tempo. Dou dois exemplos.

3.5.1 – A redução de jornada e de salário – Um deles diz respeito à melhoria da Lei 4.923/65. Para uma empresa acertar

com o sindicato laboral uma redução de jornada com redução de salário, as suas dificuldades econômicas têm de ser “devidamente comprovadas” (Lei 4.923/65).

Isso é muito vago e costuma ser questionado pelo Ministério Público do Trabalho e pela Justiça do Trabalho depois de algum tempo – dois ou três anos. Isso pode ensejar a anulação do acordo coletivo o que exigirá da empresa o pagamento de todas as parcelas salariais não pagas, acrescidas de encargos sociais da ordem de 102%, mais juros e atualização monetária. É um passivo de proporções gigantescas, suplantando, em muitos casos, o próprio patrimônio da empresa. A insegurança jurídica é colossal.

Para corrigir esse problema, não é preciso fazer nenhuma reforma revolucionária e nem mexer na Constituição Federal. Basta mudar o art. 2º. da referida Lei, definindo claramente indicadores objetivos para captar as dificuldades econômicas da empresa como, por exemplo, uma queda do faturamento ou das vendas, abaixo de certo nível e por três ou quatro meses consecutivos.

Trata-se de uma melhoria simples, e que pode ser feita até mesmo por Medida Provisória. Penso que os governadores poderiam ajudar muito ao atuarem junto ao Poder Executivo neste momento de crise. Com maior segurança jurídica, as empresas usariam essa medida com mais tranquilidade, evitando dispensas precipitadas.

3.5.2 – A Suspensão do Contrato de Trabalho - O mesmo ocorre com a suspensão do contrato de trabalho que muitas

empresas gostariam de usar com o fim de reter seus empregados. Durante o período de suspensão do contrato e do salário, o empregado recebe uma Bolsa Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para usar esse expediente, entretanto, o Ministério do Trabalho e Emprego exige que as empresas realizem um curso baseado em um plano pedagógico e metodológico a ser aprovado pela Delegacia Regional do Trabalho, onde se prevê o uso de laboratórios, seminários e oficinas, com carga horária de 120 a 300 horas. É muita burocracia para uma hora de crise.

Há mais. O trabalhador a ser beneficiado deve comparecer à Delegacia Regional do Trabalho, munido de uma cópia do acordo coletivo, carteira de trabalho, CPF, carteira de identidade e comprovante de inscrição no PIS. Mais burocracia!

O artigo 476-A da CLT que rege a matéria já é complicado em si mesmo. Com tais exigências, fica praticamente impossível de ser usado. O risco de ter o curso rejeitado ou de se cometer um equívoco é grande o que também gera passivos trabalhistas de grande monta.

A solução desse problema é simples. Pode ser alcançada até mesmo por mudança em normas administrativas, dispensando o processo legislativo.

3.6 – Rigor no uso das Leis Atuais – Enquanto não forem modificadas as leis atuais, como todos os seus absurdos, precisam

ser seguidas com todo o rigor. Os governantes podem ajudar muito na preparação das empresas para fazer acordos que não venham a ser anulados mais tarde.

Como se vê, a crise proporciona oportunidades de mudanças. Aliás, a crise impõe mudanças. A resistência política e social tende a diminuir nessa hora. É preciso ser pro-ativo sem, entretanto, querer tirar vantagem da crise. As mudanças a serem feitas têm de durar para os tempos além da crise.

Afinal, vamos gerar mais empregos? Quando? Quem diz saber a resposta a essa pergunta deve estar muito mal informado. A geração de empregos depende de tantos fatores que é difícil armar uma equação que determine a data certa da retomada.

Se o ano de 2009 for usado para atenuar as incertezas internacionais, penso que voltaremos a gerar empregos no Brasil em meados de 2010. Sem fazer nada, o quadro se agravará muito em 2009, ficando difícil a recuperação em 2010. Por isso não temos escolha entre agir e não agir.

Será de grande utilidade mudar as instituições agora para se tirar a máxima vantagem das nossas potencialidades como, por exemplo, a exploração de petróleo, o bio-combustível, a siderurgia, a celulose e papel e os alimentos.

É verdade que os efeitos das ações de hoje serão sentidos só no médio e longo prazos. Mas não podemos fazer como o Groucho

Marx que perguntava: Por que vou me preocupar com o futuro se ele nunca fez nada de bom para mim?